

Loures

MUNICIPAL

BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

Número 4
23 de Fevereiro de 2007

SUMÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL
Pág. 5

UNIDADES ORGÂNICAS
Pág. 16

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES



Loures MUNICIPAL

BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

**DIRECTOR: Presidente da Câmara Municipal de Loures,
Eng.º. Carlos Alberto Dias Teixeira**

PERIODICIDADE: Quinzenal

PROPRIEDADE: Município de Loures

TIRAGEM – edição impressa: 500 Exemplares

DEPÓSITO LEGAL n.º 148950/00

COORDENAÇÃO, ELABORAÇÃO, LAYOUT E PAGINAÇÃO

GABINETE LOURES MUNICIPAL

IMPRESSÃO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - S.A.L./REPROGRAFIA



Toda a correspondência relativa a
LOURES MUNICIPAL
deve ser dirigida a

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

**LOURES MUNICIPAL
BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS**

**RUA MANUEL AUGUSTO PACHECO, 6 - 4º
2674 - 501 LOURES**

TELEFONE: 21 983 89 64 FAX: 21 982 34 88

**<http://www.cm-loures.pt>
e-mail: loures.municipal@cm-loures.pt**

ÍNDICE



CÂMARA MUNICIPAL

4ª Reunião Ordinária

Pág.

5

PRESIDÊNCIA

15

VEREADORES – Despachos

16

UNIDADES ORGÂNICAS

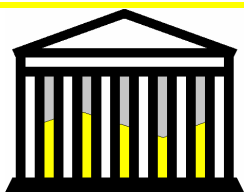
16

Fiscalização Municipal

16

ANÚNCIOS

18



**CÂMARA
MUNICIPAL**

DELIBERAÇÕES

**4ª Reunião Ordinária,
realizada em 23 de Fevereiro de 2007**

APROVAÇÃO DE ACTAS

Projecto de acta da 19ª Reunião Ordinária de Câmara Municipal, realizada em 11 de Outubro de 2006.

(Aprovado por unanimidade)

Projecto de acta da 5ª Reunião Extraordinária de Câmara Municipal, realizada em 16 de Novembro de 2006.

(Aprovado por unanimidade)

Projecto de acta da 1ª Reunião Extraordinária de Câmara Municipal, realizada em 17 de Janeiro de 2007.

(Aprovado por unanimidade)

Projecto de acta da 3ª Reunião Ordinária de Câmara Municipal, realizada em 7 de Fevereiro de 2007.

(Aprovado por unanimidade)

DIRECÇÃO DE PROJECTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Proposta de aprovação, na generalidade, do documento **Actualização do Levantamento do Património Cultural Construído no Concelho de Loures**.

Proposta n.º 58/2007

Considerando que:

- O n.º 3 do artigo 3º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, determina que «o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais»;
- A alínea c) do artigo 85º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, identifica como conteúdo material do Plano Director Municipal: «A definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos (...) culturais (...)»;
- O Plano Director Municipal em vigor, ratificado através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 54/94, de 14 de Julho, integra como componentes culturais o trabalho “Património Cultural Construído no Concelho de Loures”, publicado em 1988;
- Este documento revela-se desactualizado como instrumento de trabalho, dado que no decurso de quase 20 anos o território acentuou desequilíbrios urbanos, sendo que os aglomerados identificados na década de 80 do século XX entraram em processo de rápido envelhecimento e degradação;
- Houve necessidade de reavaliar o património cultural construído, não só numa lógica de conhecimento e divulgação, mas fundamentalmente integrando-o enquanto recurso territorial ao serviço de uma política de desenvolvimento sustentável,

tenho a honra de propor:

- A aprovação na generalidade do documento “Actualização do Levantamento do Património Cultural Construído no Concelho de Loures”, submetendo-o a parecer dos demais serviços técnicos da Autarquia e Juntas de Freguesia, bem como de contributos de Associações de Defesa do Património e do Ambiente e público em geral;

- Que este documento constitua base de orientação sectorial à proposta de revisão do Plano Director Municipal, à política municipal de valorização do património cultural, à gestão urbanística, à gestão de espaço público e às obras municipais e a cargo das Juntas de Freguesia.

...

Loures, 29 de Janeiro de 2007

O Vereador
da Direcção de Projecto
do Plano Director Municipal

(a) *João Pedro Domingues*

(Aprovada por maioria)

PLANEAMENTO, EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS

Carta Educativa do Município de Loures

Proposta de adenda

Proposta n.º 78/2007

Considerando que:

1. Foi concluída a proposta técnica de elaboração da Carta Educativa do Município de Loures;
2. A proposta técnica foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação na reunião de 23 de Maio de 2006, tendo o Conselho dado parecer favorável ao documento;
3. O documento foi submetido a apresentação pública por um período de 30 dias na sequência do deliberado na 13ª Reunião Ordinária da Câmara em 2006.06.22;
4. O documento foi submetido a apreciação pública por um novo período de 30 dias, na sequência do deliberado na 18ª Reunião Ordinária de Câmara em 2006.09.21;
5. Em resultado da apreciação pública foram efectuados os ajustamentos adequados traduzidos na Adenda ao documento Carta Educativa do Município de Loures;
6. É necessário que o Município de Loures disponha de Carta Educativa porque “apenas as soluções vertidas na carta educativa serão

passíveis de financiamento no âmbito de Programas específicos e do Quadro de Referência Estratégico Nacional”,

tenho a honra de propor

Que a Câmara delibere, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do número 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a aprovação da Carta Educativa do Município de Loures e que a mesma seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal.

Loures, 5 de Fevereiro de 2007

...

O Presidente da Câmara Municipal

(a) *Carlos Teixeira*

(Aprovada por maioria)

Esta deliberação carece de aprovação pela Assembleia Municipal

GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E HABITAÇÃO

Proposta de aprovação de minuta de Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Loures, a EP – Estradas de Portugal, EPE, Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA e BPN – Imofundos, incidente sobre remodelação do ramo de acesso à CREL (rotunda de S. Julião do Tojal), acesso à zona de portagem da CREL e entroncamento na EN 115

Proposta n.º 82/2007

Considerando o exposto no expediente em anexo,
tenho a honra de propor

Que a presente minuta de protocolo seja remetida a Reunião de Câmara para sua aprovação.

...

Loures, 13 de Fevereiro de 2007

O Vereador
do Departamento de Gestão Urbanística

a) *João Pedro Domingues*

PROTOCOLO

Entre:

EP – Estradas de Portugal, EPE, ... , neste acto representada pelo Senhor Eng.º António Laranjo, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes para o acto, adiante designada por EP;

Câmara Municipal de Loures, ... , neste acto representada pelo Senhor Eng.º Carlos Teixeira, na qualidade de Presidente do Município, com poderes para o acto, adiante designada por CML;

Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA, ... , neste acto representada pelo Senhor, com poderes para o acto, adiante designada por BRISA;

BPN – Imofundos, ... , neste acto representada pelo Senhor, na qualidade de, com poderes para o acto, adiante designada por BPN,

Considerando que:

- Quando da realização do nó do Zambujal da CREL não foi executado o projecto previsto, por impossibilidade de execução da ligação ao Nó de S. Julião do Tojal, dado que a rotunda ainda não se encontrava construída;
- Que a ligação actual à EN 115 acarreta um aumento de percurso e uma complexidade acrescida nos circuitos dos veículos que tem origem ou destino na CREL;
- Que a BRISA é concessionária da A9 – CREL;
- Que o BPN tem um loteamento industrial denominado Loures Business Park cujo acesso à rede nacional se deve efectuar pela EN 115;
- Que a construção do acesso ao Loures Business Park conflitua com o actual acesso à CREL;
- Que é do interesse de todas as partes que o acesso à CREL ligue directamente ao Nó de S. Julião do Tojal;
- Que o Nó de S. Julião do Tojal, integrado na ER 19, foi construído pela Câmara Municipal de Loures, que mantém a sua exploração.

Como forma de satisfação dos interesses recíprocos das partes envolvidas é celebrado o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª **Objecto**

Constitui objecto do presente Protocolo a concretização do processo de colaboração entre as partes contratantes, com vista à construção do acesso da CREL ao Nó de S. Julião do Tojal, de forma a eliminar a actual ligação à EN 115. A nova ligação a construir será integrada na concessão A9 – CREL conforme indicado na planta em anexo (.....).

Cláusula 2ª **Período de vigência**

O presente acordo de colaboração terá início a partir da data do início dos trabalhos e vigorará até à data da recepção provisória da obra.

Cláusula 3ª **Direitos e Obrigações das Partes Contratantes**

1. No âmbito do presente Protocolo, competirá ao BPN, entendido como dono da obra, executar o projecto de execução da nova ligação.
2. Deverá o BPN remeter à EP e à BRISA, para apreciação e aprovação, o projecto de execução deste empreendimento.
3. O BPN assume-se como dono de obra para efeitos da construção da nova ligação da CREL ao Nó de S. Julião do Tojal.
4. O BPN responsabiliza-se pela fiscalização da obra, directamente ou através de entidade a designar, e pela execução da mesma de harmonia com o projecto aprovado, cabendo à Brisa e à EP o acompanhamento dessa fiscalização nos troços que vierem a ficar sob a sua responsabilidade.
5. A EP assume as suas funções no âmbito do Contrato de Concessão que detém com a BRISA.
6. A CML dá autorização para a realização da nova ligação da CREL ao Nó de S. Julião do Tojal.

Cláusula 4ª
Desenvolvimento dos Trabalhos

1. A BRISA emitirá parecer sobre os projectos e assegurará que os projectos de execução são compatíveis com o acesso à CREL.
2. A EP, após parecer da BRISA, aprovará os projectos de execução das obras relativos à parte rodoviária.
3. A BRISA assegura a disponibilidade dos terrenos de domínio público ou privado necessários à execução das obras. Em caso de necessidade, poderá proceder à expropriação por utilidade pública de terrenos particulares.
4. O BPN obterá os estudos, os pareceres, as licenças e as autorizações técnica e procedimentalmente previstas ou necessárias para a execução da obra.
5. Quaisquer alterações ao projecto e/ou ao plano de trabalhos da obra terão de ser previamente aceites pela BRISA e pela EP que se deverá pronunciar sobre trabalhos que não estejam de acordo com o projecto ou com o plano de trabalhos aprovados.
6. A BRISA responsabiliza-se pela fiscalização da obra, directamente ou através de entidade a designar, a executar de harmonia com o projecto aprovado pela EP, cabendo à EP o acompanhamento dessa fiscalização.
7. A Fiscalização obriga-se a aceitar o acompanhamento e controlo, por representantes devidamente credenciados da EP, em todas as fases, proporcionando o acesso a todos os locais e disponibilizando, com prontidão, todos os elementos de informação solicitados.

Cláusula 5ª
Caução

A BRISA ficará depositária da caução prestada mediante garantia bancária destinada a garantir a boa execução dos trabalhos, nos termos dos artigos 112º a 114º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, e obriga-se a accioná-la a pedido da EP.

Cláusula 6ª
Responsabilidade perante terceiros

O BPN assume a responsabilidade contratual ou extracontratual emergente de quaisquer actos ou omissões, perante a EP ou quaisquer terceiros, relacionados directa ou indirectamente com o presente protocolo ou com a execução das obras mencionadas na Cláusula 1ª.

Cláusula 7ª
Recepção Provisória

1. Após a conclusão dos trabalhos proceder-se-á a vistoria para efeitos de recepção provisória.
2. As vias rodoviárias identificadas na Cláusula 1ª integrarão, com a recepção provisória, a rede concessionada à BRISA, cabendo a sua conservação e exploração à BRISA, nos moldes definidos no Contrato de Concessão.

Cláusula 8ª
Responsabilidade de Financiamento

O valor estimado do empreendimento é de € 302.212,00, que será integralmente suportado pelo BPN.

Cláusula 9ª
Alteração e Revisão do Protocolo

1. Qualquer alteração do clausulado do presente Protocolo terá que ser submetida a aprovação da EP.
2. Em tudo o que for omissivo o presente Protocolo, aplicar-se-á a legislação em vigor, sendo as dúvidas, que porventura surjam, resolvidas por despacho do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas.

Almada, ... de Novembro de 2007

O Presidente do CA da EP, EPE

O Presidente da Câmara Municipal de Loures

O Presidente da Brisa – Auto-Estradas
de Portugal, SA

O Presidente do BPN - Imofundos

(Aprovada por unanimidade)

Processo n.º 21.146-A/OM
Cooperativa de Construção e Habitação S. José do Gradil, CRL

Autorização, pela Câmara Municipal, ao Sr. António Manuel Colaço Mendonça e Sra. D. Maria João Morais Rodrigues Mendonça, para alienação da fracção habitacional correspondente ao 1º B do Lote 167 da Quinta das Loureiras, em Camarate, ao Sr. Filipe Alexandre Ferreira Rosa e Sra. D. Vânia Sofia Pereira de Sousa, pelo valor de € 93.000,00, com renúncia ao exercício do direito legal de preferência.

Proposta n.º 79/2007

Considerando a informação técnica e o meu despacho...

tenho a honra de propor:

que o presente processo seja remetido a reunião de Câmara para autorizar a transmissão do direito de superfície, não se pretendendo exercer o direito de preferência, na alienação do Lote 167 – 1º B, na Quinta das Loureiras, em Camarate, pelo valor de € 93.000,00 (noventa e três mil euros), aos associados n.º 361, Srs. Filipe Alexandre Ferreira Rosa e Vânia Sofia Pereira de Sousa.

...

Loures, 8 de Fevereiro de 2007

O Vereador
do Departamento de Gestão Urbanística

a) *João Pedro Domingues*

(Aprovada por unanimidade)

Processo n.º 21.146-A/OM
Cooperativa de Construção e Habitação S. José do Gradil, CRL

Autorização, pela Câmara Municipal, ao Sr. António José Alves Gaspar e Sra. D. Dulce Maria Colaço Gaspar, para alienação da fracção habitacional correspondente ao Lote 164 – 1º da Quinta das Loureiras, em Camarate, ao Sr. Carlos Norberto Guerreiro Cristina e Sra. D. Tetyana Strilsiv, pelo valor de € 90.000,00, com renúncia ao exercício do direito legal de preferência.

Proposta n.º 80/2007

Considerando a informação técnica e o meu despacho...

tenho a honra de propor:

que o presente processo seja remetido a reunião de Câmara para autorizar a transmissão do direito de superfície, não se pretendendo exercer o direito de preferência, na alienação do Lote 164 – 1º, na Quinta das Loureiras, em Camarate, pelo valor de € 90.000,00 (noventa mil euros), aos associados n.º 362, Srs. Carlos Norberto Guerreiro Cristina e Tetyana Strilsiv.

...

Loures, 7 de Fevereiro de 2007

O Vereador
do Departamento de Gestão Urbanística

a) *João Pedro Domingues*

(Aprovada por unanimidade)

Processo n.º 3364/L/OR

Aditamento ao alvará de licença de loteamento n.º 3/2006 da AUGI denominada Quinta da Calçada, em Unhos – pagamento de taxa de compensação pela falta de área de cedência.

Proposta n.º 84/2007

Considerando as informações ... e o meu despacho ...

tenho a honra de propor

que o presente processo seja remetido a reunião de Câmara para deliberar que a taxa de compensação pela falta de área de cedência do Bairro da Quinta da Calçada seja liquidada no momento da emissão das licenças de construção, de acordo com o previsto no Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Loures.

...

Loures, 5 de Fevereiro de 2007

O Vereador
do Departamento de Gestão Urbanística

(a) *João Pedro Domingues*

(Aprovada por unanimidade)

PATRIMÓNIO MUNICIPAL

Proposta de desafecção do domínio público municipal de parcela de terreno com a área de 5.574,83 m², denominada parcela B, sita no Bairro das Maroitas Norte, freguesia de S. João da Talha, para construção de equipamento com valências de creche, jardim-de-infância, actividades de tempos livres e centro de acolhimento temporário de crianças em risco.

Proposta n.º 88/2007

Considerando que:

A Nuclisol – Jean Piaget – Associação para o Desenvolvimento da Criança, a Integração e a Solidariedade pretende levar a efeito a construção de um equipamento, com as valências de Creche, Jardim de Infância, Actividades de Tempos Livres e Centro de Acolhimento Temporário de crianças em risco, com capacidade para 288 utentes;

Até dia 22 de Fevereiro de 2007 têm de ser entregues os documentos necessários à instrução de candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), criado ao abrigo da Portaria n.º 426/2006, de 2 de Maio, e Despacho n.º 944/2007, de 18 de Janeiro, não sendo viável, no prazo indicado, a marcação de Reunião de Câmara;

Para a construção de tal equipamento torna-se indispensável a integração no domínio privado da parcela de terreno com a área de 5.574,83 m², denominada de parcela B, localizada no Bairro das Maroitas Norte, na freguesia de São João da Talha, actualmente integrada no domínio público municipal, com a emissão do Alvará de Licença de Loteamento n.º 2/2005, de 17 de Setembro e Aditamento n.º 1, de 8 de Junho de 2006, destinada a equipamento, classificada como “Espaços Urbanos – A Recuperar ou a Legalizar”, segundo o Plano Director Municipal em vigor;

Sobre a pretensão formulada existe apreciação favorável do DPE, da DPAUGI e do DGU ... ,

tenho a honra de propor que:

O Executivo Municipal presente à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do .º 4 do artigo 53º e alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, proposta para a deliberação sobre a desafecção do domínio público municipal da referida parcela de terreno, com vista à outorga da escritura de constituição do direito de superfície a título gratuito.

Que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 68º da Lei .º 169/99, de 18 de Setembro, delibere ratificar a decisão de aprovação do Protocolo outorgado entre o Município de Loures e a Nuclisol – Jean Piaget – Associação para o Desenvolvimento da Criança, a Integração e a Solidariedade.

Loures, de Fevereiro de 2007

O Presidente da Câmara

(a) *Carlos Alberto Dias Teixeira*

...

**(Aprovada por unanimidade
Esta deliberação carece de aprovação pela
Assembleia Municipal)**

APROVISIONAMENTO

Processo n.º 26211/DA/06

Concurso público para aluguer operacional de 37 veículos automóveis ligeiros, pelo período de 48 meses, com retoma de 72 veículos de propriedade municipal – proposta de adjudicação.

Proposta n.º 81/2007

Considerando que:

- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 79º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a escolha do procedimento foi previamente autorizada;
- O procedimento por concurso público decorreu de acordo com o estabelecido nas disposições legais aplicáveis;
- O Júri constituído para assegurar a realização de todas as operações inerentes ao procedimento por concurso público para aluguer operacional de 37 (trinta e sete) veículos automóveis ligeiros pelo período de 48 meses com retoma de 72 (setenta e dois) veículos propriedade municipal procedeu à elaboração do relatório final, em cumprimento do disposto no artigo 109º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- Nos termos do n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a competência para aprovação da minuta do contrato é da Câmara Municipal, entidade competente para autorizar a despesa,

tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere aprovar a adjudicação do aluguer operacional de 37 (trinta e sete) veículos automóveis ligeiros pelo período de 48 meses com retoma de 72 (setenta e dois) veículos propriedade municipal, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, com início após assinatura do contrato escrito no 1º dia útil imediatamente a seguir à data de recepção definitiva dos veículos e respectiva documentação à concorrente Plurirent – Serviços de Aluguer, SA, pelo valor global de € 655.296,00 (seiscentos e cinquenta e cinco mil duzentos e noventa e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, prazo de entrega dos veículos de 60 dias e condições de pagamento a 60 dias após a data de recepção das facturas, com retoma de 72 (setenta e dois) veículos propriedade municipal no valor de € 100.323,97 (cem mil trezentos e vinte e três euros e noventa e sete centésimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e aprovar a minuta do contrato, constante em anexo à presente proposta.

...

Loures, 12 de Fevereiro de 2007

O Vice-Presidente

(a) *José Augusto Borges Neves*

(Aprovada por maioria)

ACTIVIDADE SOCIOCULTURAL

PATRIMÓNIO CULTURAL

Proposta de atribuição de subsídio, no âmbito de Protocolo existente.

Proposta n.º 77/2007

Considerando que:

No âmbito do protocolo existente entre a Câmara Municipal de Loures e a Associação Comunitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Sacavém, celebrado e aprovado em minuta na 22ª Reunião Ordinária realizada em 2004-11-10,

tenho a honra de propor

A atribuição do subsídio à Associação Comunitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Sacavém, referente ao semestre de Fevereiro a Julho de 2006, com quantia de € 8.688,00 (oito mil seiscentos e oitenta e oito euros). ...

...

Loures, 1 de Fevereiro de 2007

O Vereador do Departamento Sociocultural

(a) *Ricardo Leão*

ENTIDADE	VALOR
Associação Comunitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Sacavém	€ 8.688,00

(Aprovada por unanimidade)

DINAMIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Proposta de atribuição de subsídio de participação nas despesas inerentes a aquisição parcial de fardamento para banda filarmónica.

Proposta n.º 75/2007

Considerando que:

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Zambujal candidatou-se a apoio para aquisição parcial de fardamentos para a banda filarmónica, no âmbito do Protocolo de Colaboração existente entre o Município e as Bandas Filarmónicas,

tenho a honra de propor

a aprovação de um subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do zambujal, no valor de € 156,20 (cento e cinquenta e seis euros e vinte centésimos).

...

Loures, 24 de Janeiro de 2007

O Vereador do Departamento Sociocultural

(a) *Ricardo Leão*

ENTIDADE	VALOR
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Zambujal	€ 156,20

(Aprovada por unanimidade)

Proposta de transferência de verba de apoio à realização de iniciativas *2º Festival de Folclore Infantil e 17º Festival de Folclore*

Proposta n.º 73/2007

Considerando que:

Está previsto na cláusula terceira do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Loures e os Ranchos Folclóricos do Concelho o apoio à realização de festivais de folclore, com meios técnicos, logísticos e/ou financeiros,

tenho a honra de propor

a transferência de verba no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) ao Rancho Folclórico do Bairro da Fraternidade, referente aos apoios solicitados para a realização do 2º Festival de Folclore Infantil e para a realização do 17º Festival de Folclore do Bairro da Fraternidade – São João da Talha.

...

Loures, 16 de Janeiro de 2007

O Vereador do Departamento Sociocultural

(a) *Ricardo Leão*

ENTIDADE	VALOR
Rancho Folclórico do Bairro da Fraternidade	€ 1.500,00

(Aprovada por unanimidade)

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

Proposta de atribuição de subsídios a várias entidades, no âmbito do Programa de Ocupação de Tempos Livres Loures 2006 – apoio aos projectos de OTL dos agentes concelhios.

Proposta n.º 74/2007

Considerando que:

No âmbito do Programa de Ocupação de Tempos Livres 2006 / Projecto de Apoio aos Agentes Socioeducativos,

tenho a honra de propor

A atribuição dos subsídios de apoio às actividades de OTL desenvolvidas pelos seguintes Agentes Socioeducativos Concelhios:

Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Loures - € 1.150,00

Associação de Pais da EB1 de Alto da Eira - € 1.150,00

Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude - € 1.150,00

AGITA - € 1.150,00

Centro de Actividades Educativas da Manjoeira - € 160,00

...

Loures, 11 de Janeiro de 2007

O Vereador do Departamento Sociocultural

(a) *Ricardo Leão*

ENTIDADE	VALOR
Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Loures	€ 1.150,00
Associação de Pais da EB1 de Alto da Eira	€ 1.150,00
Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude	€ 1.150,00
AGITA	€ 1.150,00
Centro de Actividades Educativas da Manjoeira	€ 160,00

(Aprovada por unanimidade)

DESPORTO

Projecto Centros de Treino das Freguesias – proposta de transferência de verbas correspondentes a 70% da totalidade do

pagamento a efectuar aos técnicos responsáveis no período de Setembro a Dezembro de 2006.

Proposta n.º 76/2007

Considerando que:

Decorrente das actividades no âmbito do Projecto “Centro de Treino das Freguesias” do Projecto Municipal de Centros de Formação Desportiva, torna-se necessário proceder à transferência de apoios relativos à comparticipação do Município referente a 70% da totalidade do pagamento a efectuar ao técnico responsável pelo Centro de Treino de Freguesia, no período de Setembro a Dezembro de 2006,

tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere a proposta de atribuição das verbas abaixo indicadas de acordo com os seguintes cálculos:

- 1 - Associação Desportiva Leões Apelaçenenses - € 504,00 (quinhentos e quatro euros)
- 2 - Associação Desportiva de Ponte de Frielas - € 436,00 (quatrocentos e trinta e seis euros)
- 3 - Associação Cultural e Desportiva da Mealhada - € 436,00 (quatrocentos e trinta e seis euros)
- 4 - Associação Desportiva Recreativa e Cultural do Bairro da Fraternidade - € 504,00 (quinhentos e quatro euros)
- 5 - Associação Recreativa de Vila de Rei - € 436,00 (quatrocentos e trinta e seis euros)
- 6 - “A Sacavenense” Cooperativa de Consumo - € 436,00 (quatrocentos e trinta e seis euros)
- ...

Loures, 27 de Dezembro de 2006

O Vereador do Departamento Sociocultural

(a) *Ricardo Leão*

ENTIDADE	VALOR
Associação Desportiva Leões Apelaçenenses	€ 504,00
União Desportiva de Ponte de Frielas	€ 436,00
Associação Cultural e Desportiva da Mealhada	€ 436,00
Associação Desportiva Recreativa e Cultural do Bairro da Fraternidade	€ 504,00

Associação Recreativa de Vila de Rei	€ 436,00
“A Sacavenense” Cooperativa de Consumo	€ 436,00

(Aprovada por unanimidade)

Programa Desporto Mais – proposta de transferência de verbas relativas às 2ª e 3ª fases do apoio municipal – época de 2006/2007.

Proposta n.º 85/2007

Considerando que:

Decorrente dos Protocolos estabelecidos com as associações no âmbito do Programa Desporto Mais, torna-se necessário proceder à transferência das verbas relativas às 2ª e 3ª fases do apoio municipal correspondentes à época 2006/07.

Nesse sentido, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere a proposta de atribuição das verbas abaixo indicadas e que estas sejam transferidas de acordo com a calendarização que também se segue:

Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros

€ 3.021,40 até ao final de Fevereiro
€ 4.532,10 até ao final de Abril
Verba total a aprovar: € 7.553,50

Atlético Clube de Moscavide

€ 4.097,00 até ao final de Fevereiro
€ 6.145,50 até ao final de Abril
Verba total a aprovar: € 10.242,50

Associação de Moradores da Portela

€ 1.933,60 até ao final de Fevereiro

€ 2.900,40 até ao final de Abril
Verba total a aprovar: € 4.834,00

Sport Grupo Sacavenense
€ 1.933,60 até ao final de Fevereiro
€ 2.900,40 até ao final de Abril
Verba total a aprovar: € 4.834,00

Grupo Sportivo de Loures

€ 4.313,20 até ao final de Fevereiro
€ 6.468,80 até ao final de Abril

Verba total a aprovar: € 10.728,00

...

Loures, 1 de Fevereiro de 2007

O Vereador do Departamento Sociocultural

(a) *Ricardo Leão*

ENTIDADE	VALOR
Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros	€ 7.553,50
Atlético Clube de Moscavide	€ 10.242,50
Associação de Moradores da Portela	€ 4.834,00
Sport Grupo Sacavenense	€ 4.834,0
Grupo Sportivo de Loures	€ 10.728,00

(Aprovada por unanimidade)

ASSUNTOS RELIGIOSOS E SOCIAIS ESPECÍFICOS

Propostas de atribuição de subsídios de apoio a instituições religiosas.

Proposta n.º86/2007

Considerando que:

O GARSE, no âmbito do acompanhamento às entidades de carácter religioso, presta apoio técnico, logístico e financeiro destinado a ajudar no funcionamento e na actividade das mesmas,

tenho a honra de propor:

a atribuição de subsídios cfr. quadro abaixo indicado:

Entidade: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Saturnino de Fanhões
Intervenção: Apoio à actividade e funcionamento
Subsídio 2006: € 2.500,00

Entidade: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Loures
Intervenção: Apoio à actividade e funcionamento
Subsídio 2006: € 1.000,00

...

Loures, 13 de Fevereiro de 2007

O Vereador do GARSE

(a) *António Pereira*

ENTIDADE	VALOR
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Saturnino de Fanhões	€ 2.500,00
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Loures	€ 1.000,00

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 87/2007

Considerando que:

O GARSE, no âmbito do acompanhamento às entidades de carácter religioso, presta apoio técnico, logístico e financeiro destinado a ajudar no funcionamento e na actividade das mesmas,

tenho a honra de propor:

a atribuição de subsídios cfr. quadro abaixo indicado:

Entidade: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Bucelas
Intervenção: Apoio à actividade e funcionamento
Subsídio 2006: € 15.000,00

Entidade: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Iria de Azóia
Intervenção: Apoio à actividade e funcionamento
Subsídio 2006: € 10.000,00

...

Loures, 13 de Fevereiro de 2007

O Vereador do GARSE

(a) *António Pereira*

ENTIDADE	VALOR
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Bucelas	€15.000,00
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Iria de Azóia	€ 10.000,00

(Aprovada por unanimidade)

ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS

Proposta de isenção de pagamento de taxas, no valor de € 75,87, incidentes sobre realização de espectáculo de animação no âmbito da comemorações do aniversário do CCD – Centro de Cultura e Desporto do Pessoal da Câmara e Serviços Municipalizados de Loures:

Proposta n.º 83/2007

Considerando que:

O Centro de Cultura e Desporto do Pessoal da Câmara e Serviços Municipalizados de Loures, na freguesia de Loures, promoveu no dia 25 de Novembro de 2006 um espectáculo comemorativo do 40º aniversário e solicita a isenção do pagamento de taxas camarárias,

tenho a honra de propor

a isenção do pagamento das respectivas taxas camarárias - e o valor a isentar é de € 75,87 (setenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos) – ao Centro de Cultura e Desporto do Pessoal da Câmara e Serviços Municipalizados de Loures.

...

Loures, 31 de Janeiro de 2007

O Vereador do Departamento Sociocultural

(a) *Ricardo Leão*

Entidade: CCD – Centro de Cultura e Desporto do Pessoal da Câmara e Serviços Municipalizados de Loures

Iniciativa: Espectáculo comemorativo do 40º aniversário, em 25 de Novembro de 2006

(Aprovada por unanimidade)



PRESIDÊNCIA



**DESPACHO n.º 004/PRES
de 12 de Fevereiro de 2007**

Tolerância de ponto – Festejos de Carnaval

A celebração do Carnaval é uma tradição cultural deveras enriquecedora do nosso povo e particularmente do Concelho de Loures, razão pela qual não se deve deixar morrer tal tradição.

Apesar de, em termos legais, não ser a terça-feira de Carnaval considerada um feriado obrigatório, é meu entendimento que tal época festiva deverá ser preservada, bem como todo o seu conteúdo cultural, profundamente arraigado no povo do nosso concelho.

Assim, nos termos da competência que me é atribuída pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual, determino:

1. A concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores da Câmara Municipal de Loures e Serviços Municipalizados de Loures, nos próximos dias 19 e 20 de Fevereiro, devendo os responsáveis municipais assegurar o funcionamento dos serviços mínimos, tais como serviços de limpeza, piquetes diversos e outros que, pela sua natureza, sejam indispensáveis à prossecução do interesse público.
2. A concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores da Câmara Municipal de Loures e Serviços Municipalizados de Loures destacados ou afectos às Juntas de Freguesia fica condicionada à prévia análise e aprovação pelos respectivos Presidentes de Junta de Freguesia.

Face ao exposto, deverão os serviços prestadores de atendimento ao público proceder de imediato à divulgação do presente Despacho, afixando-o nas respectivas portas, em local bem visível, dando, deste modo, o mais amplo e atempado conhecimento aos munícipes.

O Presidente da Câmara

(a) *Carlos Teixeira*

DESPACHOS - VEREADORES



**Despacho n.º 3/VRL/07
de 5 de Fevereiro de 2007**

Afectação dos recursos humanos do GGE à Divisão de Desporto

Serve o presente para informar que, a partir do dia 5 de Fevereiro de 2007, os trabalhadores do actual GGE ficarão afectos à Divisão de Desporto.

O Vereador do Departamento Sociocultural

(a) *Ricardo Leão*

UNIDADES ORGÂNICAS



FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Resumo do relatório da actividade da Fiscalização Municipal

Freguesia: Apelação

Local: Rua dos Casalinhos, Vivenda Aventura
Bairro das Areias

Tipo de diligência: Mandado de notificação

Participação/ Processo n.º 62165/SCO/2004

Observações: Falta de afixação de mapa de horário de funcionamento, falta de livro de reclamações e falta de licença de utilização

Freguesia: Bucelas

Local: Rua Luís de Camões, 1-C

Tipo de diligência: Participação

Participação/ Processo n.º PF/18-A/DJUR/FM/07

Observações: Exploração de estabelecimento com actividade de estação de serviço, sem licenciamento

Freguesia: Camarate

Local: Rua da Noruega, 10-2
Bairro CAR

Tipo de diligência: Verificação de desobediência à ordem de embargo

Participação/ Processo n.º PF/9-A/DJUR/FM/07

Observações: Ampliação de moradia ao nível do 2º piso, com 64 m², sem licenciamento

Freguesia: Camarate

Local: Rua da Independência, 4

Bairro Matos Pequenos

Tipo de diligência: Verificação de desobediência à ordem de embargo

Participação/ Processo n.º 58/CC/2006

Observações: Substituição de cobertura numa construção com 80 m², sem licenciamento

Freguesia: Frielas

Local: Rua Cidade do Porto

Zona Industrial

Mandado de notificação

Participação/ Processo n.º 54160/SCO/2005

Observações: Construção de quiosque, sem licenciamento

Freguesia: Frielas

Local: Quinta do Foge ao Vento

Ponte de Frielas

Tipo de diligência: Verificação de desobediência à ordem de embargo

Participação/ Processo n.º PF/03-A/DJUR/FM/07

Observações: Impermeabilização de terreno numa área com 1800 m², sem licenciamento

Freguesia: Frielas

Local: Quinta do Foge ao Vento

Ponte de Frielas

Tipo de diligência: Mandado de notificação

Participação/ Processo n.º 6/CC/2007

Observações: Posse administrativa de terreno

Freguesia: Frielas

Local: Quinta do Foge ao Vento

Ponte de Frielas

Tipo de diligência: Posse administrativa

Participação/ Processo n.º 6/CC/2007

Observações: Muros de vedação com 108 m lineares; pavimentação de terreno em área de 2000 m² e edificação com 3 m², sem licenciamento

Freguesia: Frielas

Local: Quinta da Piedade

Ponte de Frielas

Tipo de diligência: Participação

Participação/ Processo n.º LI 545/2007

Observações: Funcionamento de estabelecimento de restauração, sem licença de utilização

Freguesia: Frielas
Local: Quinta do Foge ao Vento
Ponte de Frielas
Tipo de diligência: Mandado de notificação
Participação/ Processo n.º 31/CO/2007
Observações: Posse administrativa de imóvel

Freguesia: Loures
Local: Quinta das Farinheiras
Fanqueiro
Tipo de diligência: Mandado de notificação
Participação/ Processo n.º 507/CO/2006
Observações: Mau atendimento por parte de uma funcionária

Freguesia: Loures
Local: Estrada de ligação entre as localidades de Ponte de Lousa e Bocal
Tipo de diligência: Participação
Participação/ Processo n.º PF/16-A/DJUR/FM/07
Observações: Demolição de construção e execução de estrutura numa área com 50 m²

Freguesia: Loures
Local: Quinta do Regedor
Tipo de diligência: Mandado de notificação
Participação/ Processo n.º 6/CO/2007
Observações: Construção de estrutura em perfis metálicos, com 378 m², sem licenciamento

Freguesia: Portela
Local: Centro Comercial da Portela, loja 95 – 1º andar
Tipo de diligência: Participação
Participação/ Processo n.º PF/14-A/DJUR/FM/07
Observações: Exploração de estabelecimento de Centro Estético, sem licença de utilização

Freguesia: Prior Velho
Local: Avenida Severiano Falcão, Lote 8
Edifício Seaside Center
Tipo de diligência: Mandado de notificação
Participação/ Processo n.º 9716/2007
Observações: Deslizamento de terras que soterrou saída de colector de drenagem de separador de auto-estrada

Freguesia: S. João da Talha
Local: Rua Principal, Lote 29
Tipo de diligência: Participação
Participação/ Processo n.º PF/13-A/DJUR/FM/07
Observações: Impermeabilização de terreno em área com 1800 m²

Freguesia: S. João da Talha
Local: Travessa das Flores, Lote 98 – 2º Esqº
Bairro das Maroitas
Vale Figueira
Tipo de diligência: Mandado de notificação
Participação/ Processo n.º 84852/SCO/2003
Observações: Construção de muro de suporte de terras, de uma garagem e de um barracão, sem licenciamento

Freguesia: Sacavém
Local: Quinta do Mocho, Lote 84 – r/c
Tipo de diligência: Participação
Participação/ Processo n.º 96592/2005
Observações: Funcionamento de estabelecimento de bebidas com fabrico de pastelaria, sem licença de utilização

Freguesia: Santa Iria de Azóia
Local: Rua das Cachoeiras, 177
Bairro do Estacal Novo
Tipo de diligência: Participação
Participação/ Processo n.º PF/17-A/DJUR/FM/07
Observações: Exploração de centro de actividades e tempos livres, sem licença de utilização

Freguesia: Santo Antão do Tojal
Local: Junto à Rua do Campo da Bola
Manjoeira
Tipo de diligência: Participação
Participação/ Processo n.º PF/15-A/DJUR/FM/07
Observações: Instalação de estaleiro de construção civil, sem licenciamento

Freguesia: Santo Antão do Tojal
Local: Bairro Mato Antão, Lote 331
Tipo de diligência: Embargo
Participação/ Processo n.º PF/11-A/DJUR/FM/07
Observações: Construção de barraca com 8 m², sem licenciamento

Freguesia: Unhos
Local: Rua da Revolução, Lote 73
Bairro Espinhal
Tipo de diligência: Participação
Participação/ Processo n.º 61147/2006
Observações: Ocupação indevida de fracções

Projecto/ Acções concluídas

Freguesia: Frielas

Local: Quinta do Foge ao Vento
Ponte de Frielas

Tipo de diligência: Selagem

Participação/ Processo n.º 6/CC/2007

Observações: Betoneira; cilindro de compactação; caixa isotérmica; acesso a parcela de terreno



ANÚNCIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES



AVISO n.º 2272/2007

Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos toma-se público que, por despacho superior de 8 de Janeiro de 2007, a funcionária Anabela Manaia dos Santos, com a categoria de técnica de 2.ª classe, é reclassificada, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, para a categoria de técnica superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

11 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos,

a Directora do Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*,
2ª Série, n.º 28, de 8 de Fevereiro de 2007]



RECTIFICAÇÃO n.º 189/2007

Para os devidos efeitos toma-se público que, por lapso, o aviso n.º 326/2007 [abertura de concursos internos de acesso geral (aviso n.º 230/DGP/2006)] publicado no *Diário da República*,

2ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2007, saiu com inexactidão. Assim, rectifica-se que onde se lê:

«4 – Requisitos de admissão:

[...]

Referência n.º 10 – previsto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março (com a permanência na categoria de especialista de informática de grau 1, de quatro anos classificados de *Muito bom* ou seis anos classificados, no mínimo, de *Bom*»

deve ler-se:

«4 – Requisitos de admissão:

[...]

Referência n.º 10 – previsto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março (com a permanência na categoria de especialista de informática de grau 2, de quatro anos classificados de *Muito bom* ou seis anos classificados, no mínimo, de *Bom*»

e onde se lê:

«6.2 – referências nºs 4, 6, 7, 9 e 12:

Prova de conhecimentos teórica – na realização da prova de conhecimentos teórica, os candidatos poderão consultar os diplomas relativos às matérias constantes do programa das provas, não sendo autorizado o uso de legislação comentada e ou anotada.»

deve ler-se:

«6.2 – referências nºs 4, 6, 7, 9, 11 e 12:

Prova de conhecimentos teórica – na realização da prova de conhecimentos teórica, os candidatos poderão consultar os diplomas relativos às matérias constantes do programa das provas, não sendo autorizado o uso de legislação comentada e ou anotada.»

10 de Janeiro de 2007

A Directora do Departamento de Recursos Humanos,

por subdelegação de competências do Vereador,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*,
2ª Série, n.º 30, de 12 de Fevereiro de 2007]

**AVISO n.º 2582/2007****Concurso interno de acesso geral
para provimento de dois lugares
para coordenador-desenhador
da carreira de técnico profissional**

Para os devidos efeitos, toma-se público que, por despacho superior de 3 de Janeiro de 2007, foram promovidos como coordenador-desenhador da carreira de técnico profissional Deolinda Soares Aguiar e João Ribeiro Garrido, na sequência do concurso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 274, de 27 de Novembro de 2002.

4 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos,

a Directora,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]

**AVISO n.º 2583/2007**

Para os devidos efeitos toma-se público que, por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 12 de Dezembro de 2006 e nos termos do n.º 2 do artigo 29.º e do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que republica a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a funcionária Maria Elisabete Pais de Carvalho tem direito à categoria de técnico superior de psicologia assessor principal desde 13 de Maio de 2002, sendo posicionada no escalão 2, índice 770, com efeitos a 13 de Maio de 2005, pelo direito de acesso na carreira, com dispensa de concurso.

4 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos,

a Directora,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]

**AVISO n.º 2584/2007**

Nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 514/99, de 24 de Novembro, foi nomeada, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 23 de Julho de 2002, em regime de substituição, a engenheira técnica civil Eunice Bertília Simões Barreiros Ferreira como chefe da Divisão de Conservação e Manutenção de Equipamentos, a partir de 1 de Abril de 2002.

11 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos,

a Directora,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]

**AVISO n.º 2585/2007**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 29 de Dezembro de 2006, o arquitecto assessor Pedro Manuel Nunes Santos Arrabaça foi nomeado, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, chefe da Divisão do Planeamento Urbanístico, a partir de 14 de Novembro de 2006 e até produzir efeitos úteis, designadamente pelo procedimento tendente à nomeação de novo titular, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

12 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos,

a Directora de Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]

**AVISO n.º 2586/2007****Concurso interno de acesso geral
para provimento de um lugar
para técnico de informática do grau 3, nível 1**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho superior de 12 de Janeiro de 2007, foi promovida a técnica de informática do grau 3, nível 1, Filipa de São José Gonçalves, na sequência do concurso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2006.

12 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos,

A Directora do Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]

**AVISO n.º 2587/2007**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 29 de Dezembro de 2006, a conservadora assessora principal Ana Paula Sousa Assunção foi nomeada, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, directora do Departamento Sócio-Cultural, a partir de 3 de Janeiro de 2007 e até produzir efeitos úteis, designadamente pelo procedimento tendente à nomeação de novo titular, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

12 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos,

a Directora de Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]

**AVISO n.º 2588/2007**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 29 de Dezembro de 2006, a técnica superior de serviço social de 1.ª classe Patrícia Alexandra Coimbra Bandarra foi nomeada, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, chefe de divisão do Património Cultural a partir de 3 de Janeiro de 2007 e até produzir efeitos úteis, designadamente pelo procedimento tendente à nomeação de novo titular, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

12 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos,

a Directora do Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]

**AVISO n.º 2589/2007**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, na sequência de nomeação através de concurso e por despacho do presidente da Câmara de 18 de Dezembro de 2006, foi renovada a comissão de serviço por igual período da técnica superior jurista assessora Paula Alexandra Dias Boavida Castro Capacete como chefe da Divisão Jurídica, a partir de 2 de Janeiro de 2007, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/96, de 7 de Junho.

A presente renovação da comissão de serviço fundamenta-se nos resultados da actividade até agora desempenhada, que evidencia a existência de aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das respectivas funções, conforme o relatório apresentado nos termos do disposto no artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

15 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos,

a Directora,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]



AVISO n.º 2590/2007

Anulação do concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares para arquitecto de 1.ª classe

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do signatário de 11 de Janeiro de 2007, o concurso mencionado em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 20, de 20 de Janeiro de 2005, foi anulado nos termos dos artigos 133.º e 134.º do Código do Procedimento Administrativo, por os candidatos não reunirem os requisitos enunciados na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

15 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos,

a Directora do Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]



AVISO n.º 2591/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 3 de Janeiro de 2007 e nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, a funcionária Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques tem

direito à categoria de engenheira do ambiente assessora principal, sendo posicionada no escalão 1, índice 710, com efeitos a 3 de Janeiro de 2007, com dispensa de concurso.

16 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos,

a Directora do Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]



AVISO n.º 2592/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 4 de Janeiro de 2007 e nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, o funcionário Carlos Manuel Rio Santos tem direito à categoria de técnico superior jurista assessor principal, sendo posicionado no escalão 1, índice 710, com efeitos a 8 de Agosto de 2006, com dispensa de concurso.

16 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos,

a Directora do Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]



AVISO n.º 2593/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 15 de Janeiro de 2007 e nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004,

de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, o funcionário Jorge Manuel Gouveia Machado Dias tem direito à categoria de engenheiro civil assessor principal, sendo posicionado no escalão 1, índice 710, com efeitos a 1 de Maio de 2003, com dispensa de concurso.

17 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos,

a Directora do Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2007]



AVISO n.º 2850/2007

Abertura de concurso externo de ingresso para provimento de cinco lugares de assistente administrativo

1 - Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, toma-se público que, no uso da competência que me foi subdelegada por despacho do vereador dos recursos humanos de 7 de Novembro de 2005, nos termos dos artigos 68.º, 69.º e 70.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de cinco lugares de assistente administrativo.

2 - Legislação aplicável - o presente concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.º 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 353-A/89, de 16 de Outubro.

3 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando

escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 - O presente concurso foi precedido de consulta ao CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica, sendo que 50 % dos lugares postos a concurso são destinados à reserva de recrutamento do CEFA.

5 - Prazo de validade - é válido para o preenchimento das vagas atrás referidas.

6 - Remuneração base - corresponde ao escalão 1, índice 199 (no valor de € 640,62), constante do anexo n.º 2 a que se refere o n.º 1 do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, cujos índices foram reformulados pelo Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março.

7 - Local de trabalho - o local de trabalho é no concelho de Loures.

8 - Conteúdo funcional - Decreto regulamentar n.º 20/85, de 1 de Abril, e despacho n.º 38/88, in *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Janeiro de 1989.

9 - As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

10 - Em cumprimento do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, será observada a quota de emprego.

10.1 - Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, assim como indicar no requerimento de admissão as respectivas capacidades de comunicação e expressão.

11 - Requisitos gerais para admissão a concurso - os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Ter como habilitações literárias o 11º ano de escolaridade;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

12 - Formalização das candidaturas - as candidaturas deverão ser obrigatoriamente formalizadas mediante requerimento modelo tipo, existente na Divisão de Gestão de Pessoal ou em www.cm-loures.pt, podendo ser entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos, Divisão de Gestão de Pessoal, sito na Rua do Dr. Manuel de Arriaga, 7, Loures, ou remetido pelo correio, mediante carta registada com aviso de recepção, expedida até ao termo do prazo fixado, para a Câmara Municipal de Loures, Praça da Liberdade, 2674-501 Loures, dela devendo constar:

- a) Identificação completa [nome completo, filiação, naturalidade, estado civil, profissão, data de nascimento, número e data de emissão e da validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, morada, código postal e telefone e situação militar (se for caso disso)];
- b) Habilitações literárias e profissionais;
- c) Referência ao concurso a que se candidata com menção expressa ao número e data do *Diário da República* em que este aviso foi publicado;
- d) Quaisquer Outros elementos que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em consideração pelo júri desde que devidamente comprovados.

13 - O requerimento de admissão ao concurso deverá, sob pena de exclusão, ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae, detalhado;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte;
- d) Declaração ou documentação comprovativa das circunstâncias referidas na alínea d) do número anterior;
- e) Documentos demonstrativos dos requisitos gerais de admissão previstos nas alíneas d), e) e f) do n.º 10 do presente aviso.

14 - A apresentação da documentação mencionada nas alíneas d) e e) do número anterior é temporariamente dispensada desde que o candidato declare no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais mencionados.

15 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

16 - Métodos de selecção - a selecção dos candidatos será feita mediante a aplicação dos seguintes métodos de selecção:

Prova de conhecimentos teórica;
Prova de conhecimentos específicos;
Entrevista de selecção profissional.

Sistema de classificação final - na classificação final é adoptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, sendo adoptada a seguinte fórmula classificativa final:

$$CF = 40\%PCT + 40\%PCE + 20\%EPS$$

em que:

CF classificação final;
PCT = prova de conhecimentos teórica escrita;
PCE = prova de conhecimentos específicos; EPS = entrevista profissional de selecção.

16.1 - Na realização da prova de conhecimentos teórica escrita os candidatos poderão consultar os diplomas relativos às matérias constantes do programa da prova, não sendo autorizado o uso de legislação comentada e anotada.

16.2 - A prova de conhecimentos teórica escrita, com carácter eliminatório e com duração máxima de uma hora, incidirá sobre a seguinte legislação e temática:

Programa da prova de conhecimentos teórica escrita:

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local - Decreto-Lei n.º 24/84, 16 de Janeiro;
Regime jurídico das férias, faltas e licenças - Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com a redacção dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, e 169/2006, de 17 de Agosto;

Programa da prova de conhecimentos específicos, com a duração máxima de noventa minutos e com carácter eliminatório - informática.

16.3 - Factores de ponderação da entrevista profissional de selecção, com a duração máxima de trinta minutos:

Motivação e interesses profissionais;
Capacidade de trabalhar em grupo;
Apetência para novos conhecimentos.

17 - Os critérios de classificação e ponderação das provas de conhecimento e entrevista profissional de selecção constam das actas dos respectivos júris, encontrando-se à disposição dos candidatos nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

18 - A lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão afixadas para consulta no edifício dos Paços do Município de Loures, nos termos do disposto nos artigos 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, ou publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, conforme o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

19 - Os candidatos admitidos serão notificados do dia e da hora da realização dos métodos de selecção nos termos previstos no n.º 2 dos artigos 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

20 - Júri do concurso - nos termos do artigo 12.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, o júri de selecção terá a seguinte composição:

Presidente - Licenciada Cristina Maria Carvalho Matos Silva, directora do Departamento de Recursos Humanos.

Vogais efectivos:

- 1.º Maria Joaquina Cardoso Riço Sanches, chefe de repartição.
- 2.º Cristina Maria Wergiskosky Baptista Mendonça Sousa, chefe da repartição de contabilidade.

Vogais suplentes:

- 1.º Licenciada Carla Maria Santos Ramos, técnica superior jurista de 1ª classe.
- 2.º Licenciada Maria do Carmo Lucinda Martins Silva, técnica superior de gestão de 1.ª classe.

O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

10 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos,

a Directora,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 34, de 16 de Fevereiro de 2006]



AVISO n.º 2851/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 17 de Janeiro de 2007, foi prorrogada a nomeação em regime de substituição do funcionário José Marçal Monteiro como encarregado geral do Departamento de Obras Municipais, Divisão e Infra-Estruturas Municipais, a partir de 12 de Fevereiro de 2007 e até produzir efeitos úteis, designadamente pelo concurso interno de ingresso, nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 466/79, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 406/82, de 27 de Setembro.

17 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos,

a Directora,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 34, de 16 de Fevereiro de 2006]



AVISO n.º 2852/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho superior de 11 de Dezembro de 2006, o funcionário Paulo Leonel Andrade Ganhão, com a categoria de assistente administrativo, é reclassificado, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

19 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos,

a Directora,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 34, de 16 de Fevereiro de 2006]



AVISO n.º 2853/2007

Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 34.º e no n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que esta Câmara Municipal procedeu à renovação por igual período dos contratos a termo resolutivo dos seguintes trabalhadores:

Mara Isabel Leitão Quarenta, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 1 de Outubro de 2004, pelo período de um ano.

Cláudia Marina Veríssimo Domingues Serralha, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Lola Maria Alves Matos Pinho, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Maria Adelaide Silva Araújo Pereira, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Patrícia Isabel Cardoso Ferreira, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Rosália Jesus Silva, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Sandra Isabel Pereira Santos Lucas, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Patrícia Alexandra Rodrigues Ferreira Rocha, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 15 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Cidália Ferreira Rodrigues Varela, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 17 de Dezembro de 2004, pelo período de um ano.

Sofia Alexandra Nunes Correia, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 17 de Dezembro de 2004, pelo período de um ano.

Soraia Maria Santos Antunes, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 1 de Outubro de 2005, pelo período de um ano.

Lucília Conceição Dias, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 3 de Outubro de 2005, pelo período de um ano.

Maria Fernanda Almeida Carvalho Cardoso Duarte, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 14 de Outubro de 2005, pelo período de um ano.

Maria Manuela Mendes Fernandes, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 17 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Lúcia Raquel Prior Santos, na categoria de técnica principal, com início a 19 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Aldina Maria Cardoso Silva Mateus, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 21 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Ana Cristina Jesus Lopes, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 21 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Isabel Maria Lemos Ferrão, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 21 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Maria Lurdes Carvalho Ricardo Martins, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 21 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Jaime José Jacinto Correia, na categoria de técnico principal, com início a 24 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Andreia Catarina Lopes Silva, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 28 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

23 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos,

a Directora do Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 34, de 16 de Fevereiro de 2006]



AVISO n.º 2854/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de arquitecto paisagista assessor

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho superior de 23 de Janeiro de 2007, foi promovida como arquitecta paisagista assessora Helena Maria Pargana Bentes Gomes de Araújo Gonçalves, na sequência do concurso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, parte especial, n.º 202, de 19 de Outubro de 2006.

23 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos,

a Directora do Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*, 2ª Série, n.º 34, de 16 de Fevereiro de 2006]



AVISO n.º 2855/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que a requisição de Carla Cristina Sousa Pires, técnica superior de psicologia de 1ª classe, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Alenquer, foi prorrogada por mais um ano, a partir de 25 de Outubro de 2006.

24 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos,

a Directora do Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*,
2ª Série, n.º 34, de 16 de Fevereiro de 2006]



AVISO n.º 3173/2007

Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 34.º e no n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, toma-se público que esta Câmara Municipal contratou a termo resolutivo os indivíduos abaixo identificados:

Alda Maria Santos Luzio Gomes, auxiliar de acção educativa, com início em 4 de Novembro de 2006, pelo período de um ano.

Ana Paula Saraiva Fortunato Gomes, auxiliar de acção educativa, com início em 2 de Outubro de 2006, pelo período de um ano.

Cristina Maria Costa Pestana Pereira, auxiliar de acção educativa, com início em 20 de Outubro de 2006, pelo período de um ano.

José Luís Rebocho Canhão, vigilante de jardins e parques infantis, com início em 2 de Novembro de 2006, pelo período de um ano.

Marina Alexandra Pratas Moutinho Dias Martins, auxiliar de acção educativa, com início em 4 de Novembro de 2006, pelo período de um ano.

Mónica Alexandra Martins Mesquita, auxiliar de acção educativa, com início em 19 de Outubro de 2006, pelo período de um ano.

Nitocres Balbino Silva, vigilante de jardins e parques infantis, com início em 2 de Novembro de 2006, pelo período de um ano.

Patrícia Alexandra Antunes Marques, auxiliar de acção educativa, com início em 4 de Novembro de 2006, pelo período de um ano.

Patrícia Alexandra Dinis Rodrigues, auxiliar de acção educativa, com início em 2 de Outubro de 2006, pelo período de um ano.

Patrícia Alexandra Oliveira Aragão, auxiliar de acção educativa, com início em 2 de Outubro de 2006, pelo período de um ano.

Raquel Sofia Cardoso Quelhas, engenheira civil de 2.ª classe, com início em 4 de Dezembro de 2006, pelo período de um ano.

Sandra Elisabete Martinho Sousa Vaz, auxiliar de acção educativa, com início em 27 de Outubro de 2006, pelo período de um ano.

Svitlana Vasylychenko, auxiliar de acção educativa, com início em 2 de Novembro de 2006, pelo período de um ano.

Vanessa Filipa Patrocínio Saiote, auxiliar de acção educativa, com início em 22 de Dezembro de 2006, pelo período de um ano.

23 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador,

a Directora do Departamento de Recursos Humanos,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*,
2ª Série, n.º 37, de 21 de Fevereiro de 2006]



AVISO n.º 3174/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar para aferidor de pesos e medidas principal

Para os devidos efeitos, toma-se público que, por despacho superior de 25 de Janeiro de 2007, foi promovida como aferidora de pesos e medidas principal Paula Alexandra Rodrigues da Cruz Braga, na sequência do concurso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no Diário da República, 3.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2006.

25 de Janeiro de 2007

Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos,

a Directora do Departamento,

(a) *Cristina Silva*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*,
2ª Série, n.º 37, de 21 de Fevereiro de 2006]



ANÚNCIO DE CONCURSO DE CONCEPÇÃO

Concurso limitado por prévia qualificação para elaboração do projecto de execução de arquitectura e especialidades do novo Edifício Central dos Serviços.

5 de Fevereiro de 2007

O Vereador do Pelouro das Obras Municipais,

(a) *João Pedro Domingues*

[Publicado na íntegra em *Diário da República*,
2ª Série, n.º 33, de 15 de Fevereiro de 2006]